

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

O **Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.** inscrito no CNPJ/MF sob o nº **40.654.622/0001-58**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o semestre e exercício findo em **31 de Dezembro de 2025**, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração dos Resultados Abrangentes;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Por fim cumpre salientar que a alta administração do **Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.** -é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

GIBRAN FERREIRA ESTEPHAN
Diretor Presidente

BRUNO CAVALCANTE NUNES
Diretor

FELIPE DE ANDREA
Contador CRC PR 067181

Demonstrações Financeiras

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025,
com relatório do auditor independente

Relatório da administração

Senhores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Trinus SCD” ou “Companhia”) relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Administração

A **Trinus SCD** tem por objeto social a realização de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico, com capital próprio, bem como a cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses previstas em lei, além de atuar na análise de crédito para terceiros, cobrança e como representante de seguros, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Em cumprimento às disposições regulatórias das Resoluções nº 4.557/17 e nº 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, a Trinus SCD e a Trinus Investimentos mantêm estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2025, os limites operacionais da Trinus SCD, contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro, permaneceram adequados e compatíveis com a natureza de suas operações.

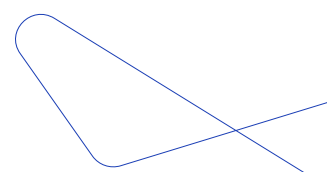
Destaques do período

Negócio

A Trinus SCD mantém status de "produção assistida", atendendo um grupo restrito de clientes pessoa jurídica, com soluções financeiras integradas às plataformas da Trinus.

No semestre, as linhas de crédito a Risco Sacado seguiram ofertadas exclusivamente a clientes que consomem outros serviços relacionados ao ecossistema da TrinusCo. O Internet Banking permanece restrito ao grupo sob VPN, com previsão de evolução futura conforme planejamento estratégico.

A estratégia de foco em clientes PJ (Pessoa Jurídica) do segmento imobiliário reforça eficiência operacional, maior integração e experiência aprimorada ao cliente.

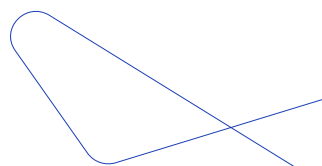


ESG

Alinhada ao propósito do Grupo, a Trinus SCD mantém compromisso com práticas ESG e com integração de princípios de investimento responsável, conforme reporte público da TG Core Asset (PRI-ONU).

A instituição mantém ainda treinamentos periódicos para colaboradores, *due diligence* de clientes (KYC) e de parceiros (KYP) e política ESG divulgada publicamente.

A Administração.



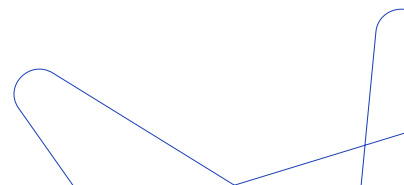
Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial.....	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa- método indireto.....	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	13





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, n.º 1400, Conjunto Térreo ao 801
Bairro Chácara Santo Antônio
04719-911 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04719-911 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e acionistas da
Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.**
Goiânia - Go

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Trinus SCD”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (“Trinus SCD”), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Trinus SCD, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos

períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Trinus SCD é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Trinus SCD continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Trinus SCD ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Trinus SCD são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Trinus DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

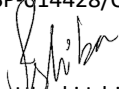
respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Trinus DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Trinus DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Willian Hideki Ishiba
Contador CRC 1SP281835/O-2

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balanço patrimonial em
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025
Disponibilidades	3	424
Aplicações interfinanceiras	3	15.488
Relações interfinanceiras	4	200
Operações de crédito	5	2.247
Operações de crédito		2.247
Outros ativos	6	1.131
Diversos		1.131
Ativo circulante		19.490
Outros ativos	6	1.414
Diversos		1.414
Ativo não circulante		1.414
Total do ativo		20.904
Depósitos e demais instrumentos financeiros	7	13.528
Depósitos		13.528
Outras obrigações		2.367
Sociais e estatutárias	8	192
Fiscais e previdenciárias	8	1.068
Provisão para pagamentos a efetuar	8	1.107
Passivo circulante		15.895
Capital social	9	5.100
Prejuízos acumulados		(91)
Patrimônio líquido		5.009
Total do passivo + patrimônio líquido		20.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do resultado

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	2º sem/25	2025
Receitas de intermediação financeira		8.036	16.071
Receitas com operações de crédito	10	352	768
Receitas com aplicações interfinanceiras	11	2.112	5.725
Receitas com demais ativos financeiros	12	5.572	9.578
Despesas de intermediação financeira		(46)	(72)
Resultado com provisões para operações de crédito	5	(46)	(72)
Resultado de intermediação financeira		7.990	15.999
Outras receitas/despesas operacionais		(9.753)	(16.208)
Receitas com serviços prestados		120	257
Despesas de pessoal	13	(829)	(1.639)
Outras despesas administrativas	14	(6.272)	(11.608)
Despesas tributárias		(353)	(741)
Outras despesas operacionais	18	(2.419)	(2.477)
Resultado operacional		(1.763)	(209)
Resultado antes da tributação do imposto de renda e contribuição social		(1.763)	(209)
Imposto de renda	15	266	-
Contribuição social	15	167	-
Prejuízo do semestre e exercício		(1.330)	(209)
Número de ações		5.100.000	5.100.000
(Prejuízo por mil ações)		(0,2608)	(0,0410)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do resultado abrangente
No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	2º sem/25	2025
Prejuízo líquido do semestre e exercício	(1.330)	(209)
Resultado abrangente total	(1.330)	(209)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
 (em milhares de reais)

	<u>Reserva de lucros</u>			Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva especiais de lucros		
Saldos em 1º de julho de 2025	4.600	97	1.631	-	6.328
Aumento de capital	500	-	(500)	-	-
Reversão de dividendos	-	-	-	11	11
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(1.330)	(1.330)
Reversão de reservas	-	(97)	(1.131)	1.228	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.100	-	-	(91)	5.009
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.600	41	577	-	5.218
Aumento de capital	500	-	(500)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(209)	(209)
Absorção de prejuízos com as reservas	-	(41)	(77)	118	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.100	-	-	(91)	5.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>		
Resultado antes do IR e CSLL	(1.763)	(209)
Ajuste por:		
Juros sobre operações de crédito	(352)	(768)
Constituição de provisão para operações de crédito	177	216
Reversão de provisão para operações de crédito	(131)	(144)
Reversão de provisão para contingências	(6)	-
<u>Variação em ativos operacionais:</u>	4.610	(1.603)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	2.276	1.008
(Aumento) redução em operações de crédito	3.167	(909)
(Aumento) redução em outros créditos	(833)	(1.702)
<u>Variação em passivos operacionais:</u>	(13.783)	(44.640)
(Redução) em depósitos e outros instrumentos financeiros	(12.990)	(46.019)
Aumento (redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	(361)	692
Aumento (redução) em obrigações diversas	(432)	1.120
Pagamento de impostos sobre o lucro	-	(433)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(11.248)	(47.148)
Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa	(11.248)	(47.148)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	27.160	63.060
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	15.912	15.912
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(11.248)	(47.148)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A., denominada “Trinus SCD”, tem por objeto social as atividades de operações de empréstimos, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A Trinus SCD obteve autorização para funcionamento após o comunicado emitido pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União, em 4 de janeiro de 2021. Assim, iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 2021.

No exercício de 2025, a Trinus SCD manteve o status de “produção assistida”, atendendo um grupo controlado de clientes. A instituição concluiu a adequação necessária para atender seu maior cliente Pessoa Jurídica, oferecendo serviços financeiros e contas embutidas nas soluções de plataforma da Trinus.

Durante este período, além das linhas de crédito a Risco Sacado, instituídas em 2024 e ofertadas exclusivamente para clientes do grupo econômico da Trinus Co., teve início a emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) provenientes das operações de Crédito com Garantia de Imóvel (CGI), fortalecendo a estratégia de originação e lastro para estruturas futuras.

O *Internet Banking* continua de uso exclusivo para o grupo restrito, sob domínio da VPN.

Essas transformações reforçam a busca por eficiência operacional, maior capacidade de integração e uma experiência aprimorada aos clientes pessoa jurídica do segmento imobiliário.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram revisadas e autorizadas pela diretoria em 31 de março de 2026.

2.1 Alterações nas normas contábeis brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são:

- Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1));
- Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2));
- Res. 3.604/08 - demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2));
- Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1));
- Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1));
- Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1));
- Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23);
- Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24);
- Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25);
- Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27);
- Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciação de benefícios a empregados (CPC 33 (R1));
- Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41);
- Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46).

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (“CMN”) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros. Posteriormente, em 23 de novembro de 2023, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 352, que manteve os mesmos princípios da Resolução CMN nº 4.966, com ampliação da aplicação para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcios e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. A referida norma também trouxe maior detalhamento quanto à caracterização dos fluxos de caixa de ativos financeiros, à metodologia para determinação da taxa de juros

efetiva de instrumentos financeiros, à constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e, à divulgação de informações em notas explicativas.

A área de Riscos da Companhia avaliou a implementou essa norma e entende que os ativos financeiros mantidos pela Companhia não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, em consideração a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, artigo 79.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e TVM que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

d) Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros são classificados nas categorias de acordo com a intenção da Administração em manter o fluxo de caixa de tais instrumentos.

Os títulos classificados nas categorias:

I. Custo amortizado:

Ativos financeiros que atendam cumulativamente às condições de: (i) o ativo ser gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e, ii) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas previamente estabelecidas.

- i. Operações de crédito: As operações de crédito pós-fixadas ou indexadas a indicadores variáveis são registradas por seu valor atualizado até a data de balanço. As rendas com as respectivas operações de crédito são registradas no resultado de acordo com a competência, sendo suspenso o reconhecimento para operações com atraso superior a 90 dias, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21. A instituição define como ativo problemático as operações de crédito que apresentem atraso superior a 90 dias; ou, evidências de reestruturação de dívida com deterioração do risco de crédito; ou, operações vinculadas a processos de recuperação judicial.

II. Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA):

Ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: i) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e, ii) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

III. Valor justo no resultado (VJR):

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “Valor justo no resultado” são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “Valor justo por meio em outros resultados abrangentes” são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Instituição reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com base na metodologia simplificada estabelecida pela Resolução BCB nº 352/23, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21.

Sob esta metodologia, o cálculo não depende de modelos estatísticos internos complexos, mas da aplicação de percentuais regulamentares predefinidos sobre o valor contábil bruto das operações, a depender da carteira em que os créditos são classificados (estas são definidas pela característica das garantias), segregando a carteira em duas categorias:

Ativos Não Problemáticos: Operações com fluxo de pagamento regular ou atrasos incipientes. A provisão é constituída com base no estágio de deterioração do crédito, aplicando-se os percentuais mínimos exigidos pelo regulador conforme as faixas de atraso (*aging list*).

Ativos Problemáticos: Operações que apresentam indicativos objetivos de perda de qualidade de crédito, configurados principalmente por atraso superior a 90 dias ou pela avaliação da Instituição de que o devedor não honrará a obrigação integralmente sem o recurso a garantias. Para estes ativos, a provisão é constituída para cobrir a perda de crédito esperada para toda a vida da operação, observando os percentuais progressivos da norma.

As operações de crédito são baixadas para prejuízo contra a provisão constituída quando não há expectativa razoável de recuperação ou, conforme a tabela indicativa da Resolução 352/23, após a provisão atingir 100%, que se dará entre 15 e 21 meses, a depender da Carteira. Geralmente, após o decurso de prazo em que a operação seja caracterizada como problema de recuperação de crédito, são realizadas análises jurídicas quanto à recuperabilidade dos créditos. Se for provável a recuperação, será mantida a provisão associada ao risco de crédito, até que se atinja 100% de atraso, ou quando esgotadas as medidas de cobrança.

f) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes:** serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados, se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados, se classificamos como perda remota;
- **Provisões:** serão reconhecidas nas informações financeiras, quando baseadas na opinião de assessores jurídicos e da administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, quando for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas estas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Imposto de renda e contribuição social

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas de acordo com o regime de Lucro real, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo considerando o objeto social para exercer a atividade financeira:

	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social	15%

A provisão para imposto de renda para Sociedade de Crédito Direto é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

Os créditos tributários são calculados sobre os prejuízos fiscais.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

i) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações em circulação na data do fechamento de balanço. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

j) Demais ativos e passivos

Demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do fechamento de balanço.

k) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observando o critério *pro rata* dia para as despesas e receitas de natureza financeira.

3 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional:

	<u>dez/25</u>
Disponibilidades	424
Depósitos bancários	411
Reservas livres	13
Aplicações interfinanceiras	15.488
Aplicações interfinanceiras de liquidez(*)	15.488
Total	15.912

(*) Os saldos apresentados estão representados por operações de curto prazo, com vencimento original inferior a 90 dias, possuindo liquidez imediata e sendo remuneradas à taxa contratada atrelada ao CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro.

4 Relações interfinanceiras

São representados por valores em moeda nacional, depositados pela Companhia junto ao Banco Central do Brasil, de acordo com as transações de pagamento instantâneo apresentadas pelos clientes.

	<u>dez/25</u>
Depósitos no Banco Central - contas de pagamento instantâneo	200
Total	200

5 Operações de crédito

As operações de crédito estão compostas pelas seguintes modalidades:

	<u>dez/25</u>
Empréstimos e títulos descontados	2.247
Títulos Descontados	2.247
Total	2.247

A carteira de crédito e provisão para crédito por nível de risco estão assim distribuídas:

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2025</u>	
Nível de risco	Valor contábil bruto	%	Valor provisão	%
Ativos não problemáticos	2.319	100%	(72)	100%
Total	2.319		(72)	

Os segmentos/ramos estabelecidos na classificação da carteira de crédito estão assim representados:

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>Parcelas a vencer</u>	
Ramo	Até 3 meses	Total
Serviço	2.319	2.319
Total	2.319	2.319

Abaixo estão apresentadas as movimentações das provisões para operações de crédito:

30/06/2025	(26)
Adições	(177)
Baixas/reversões	131
31/12/2025	(72)
31/12/2024	-
Adições	(216)
Baixas/reversões	144
31/12/2025	(72)

6 Outros ativos - diversos

	31/12/2025
Ativos adquiridos por cessão de crédito (a)	913
Impostos a compensar/recuperar	438
Adiantamentos diversos	150
Serviços prestados(b)	848
Outros	196
Total	2.545
Circulante	1.131
Não circulante	1.414

(a) A Companhia oferta a clientes pessoas físicas a antecipação de valores mediante cessão dos direitos do Instrumento Particular de Distrato ou de Acordo de Sócios, visando atuar na liquidez do mercado imobiliário junto a terreiros e donos de terras onde são construídos os empreendimentos imobiliários da região.

(b) Valor referente serviços prestados através do instrumento de CGI (crédito garantia imobiliária).

7 Depósitos

	31/12/2025
Depósitos	
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos (a)	13.528
Total	13.528

(a) Os saldos de depósitos são valores enviados pelos correntistas da Trinus SCD para movimentação de seus recursos em demais operações que sejam efetuadas relacionadas a pagamentos, transferências, aplicações e outras.

8 Outras obrigações

	<u>31/12/2025</u>
Sociais e estatutárias	192
Dividendos a pagar	192
Fiscais e previdenciárias	1.068
Impostos e contribuições sobre salários	3
Impostos e contribuições sobre terceiros	16
Demais impostos a recolher	1.049
Provisão para pagamentos a efetuar	1.107
Despesas de pessoal	45
Outras despesas administrativas	1.062
Total	2.367

9 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 5.100 está representado por 5.100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2025, o acionista deliberou o aumento de capital no valor de R\$ 500 por meio da emissão de 500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização do montante equivalente do saldo da Reserva Estatutária da Companhia.

b) Reservas de lucros

O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações:

- (i) 5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.;
- (ii) Pagamento de dividendos que, de acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício;
- (iii) O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor.

As destinações dos lucros são realizadas semestralmente.

c) Política de distribuição de dividendos

Conforme parágrafo 6º do Estatuto Social, a Companhia distribuirá, por deliberação da Diretoria, como dividendo mínimo obrigatório a todas as ações, em cada exercício social, quantia equivalente a, no mínimo, 1% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em função do resultado negativo do exercício não foi destinada distribuição de dividendos para o exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

d) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2025
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(215)
Média ponderada das ações no período - quantidade	5.100.000
Resultado por ação - básico e diluído	(0,0422)
	2º sem/2025
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(1.336)
Média ponderada das ações no período - quantidade	5.100.000
Resultado por ação - básico e diluído	(0,2620)

10 Receitas com operações de crédito

	2º sem/2025	31/12/2025
Rendas com empréstimos	352	768
Total	352	768

11 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras

	2º sem/2025	31/12/2025
Rendas com aplicações interfinanceiras	2.112	5.725
Total	2.112	5.725

12 Receitas com demais ativos financeiros

	2º sem/2025	31/12/2025
Receitas de cessões de crédito adquiridas e intermediações	976	1.068
Lucros na intermediação de operações de crédito	4.556	8.355
Receitas com remunerações de contas de depósito no Banco	40	155
Total	5.572	9.578

13 Despesas com pessoal

	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas com pessoal – proventos	(557)	(1.089)
Despesas com pessoal – encargos sociais	(44)	(169)
Despesas com pessoal – benefícios	(228)	(381)
Total	(829)	(1.639)

14 Outras despesas administrativas

	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas com serviços técnicos especializados	(486)	(838)
Despesas com processamento de dados (a)	(779)	(1.717)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(4.653)	(8.141)
Outras despesas	(354)	(912)
Total	(6.272)	(11.608)

- (a) Composto por despesas em infraestrutura, principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia. Tais contratos e serviços que têm sido realizados são destinados a licenças mensais, as quais, em sua grande maioria, seguem os padrões de mercado dos softwares, ou seja, não há por parte da Companhia a aquisição desses aplicativos que possam configurar como direitos a amortização nos próximos anos.
- (b) Composto por despesas administrativas em geral para manutenção das atividades da Companhia, tais como despesas com serviços compartilhados (CSC) e contabilidade.

15 Imposto de renda e contribuição social

	2º sem/25	
	IRPJ	CSLL
Apuração do IR e CSLL		
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(1769)	(1.769)
Base de cálculo de IR e CSLL	(1.769)	(1.769)
Adições/(exclusões)	-	-
Compensações de prejuízos fiscais	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	(1.769)	(1.769)
(-) Reversão da constituição de impostos	266	167
	31/12/2025	
	IRPJ	CSLL
Apuração do IR e CSLL		
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(215)	(215)
Base de cálculo de IR e CSLL	(215)	(215)
Adições/(exclusões)	-	-
Compensações de prejuízos fiscais	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	(215)	(215)
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	-	-
Encargos de 15% de CSLL	-	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava créditos tributários originados de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 2.833 não contabilizados.

16 Operações com partes relacionadas

A Trinus SCD mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas:

16.1 Depósitos bancários com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Trinus SCD possui montantes com partes relacionadas, conforme abaixo:

31/12/2025

	Ativo	Passivo	Resultado
Depósitos bancários	-	2.464	-
Trinus DTVM	-	2.464	-

16.2 Remuneração aos administradores e acionistas

A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado, obtida por meio de pesquisa de mercados setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no Estatuto Social da Trinus, de forma que, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação.

Os administradores, quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

17 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionados na rubrica "Outras obrigações". Os processos cujo riscos de perda sejam classificados como possíveis são divulgados em nota explicativa, porém, conforme norma vigente, não é requerido provisionamento, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, sendo esse montante de R\$ 157. Os processos cujos riscos de perda sejam classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não há em nossos registros valores com notificação de risco provável por parte dos assessores jurídicos. A mensuração das provisões e contingências é realizada por meio de modelos e critérios que permitem estimar, de maneira adequada, os valores envolvidos, considerando a incerteza quanto ao prazo e ao montante final.

18 Outras despesas operacionais

No mês de julho de 2025, a Trinus SCD passou por um incidente cibernético, que foi tratado pela instituição, sem impacto financeiro para seus clientes e parceiros. Contudo, foi o evento gerou despesa operacional no montante de R\$ 2.393 mil.

A Administração adotou medidas de contenção, investigação e reforço dos controles internos e mecanismos de segurança, com o objetivo de mitigar a recorrência de eventos dessa natureza.

19 Gestão de risco

A Companhia tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas por meio do acompanhamento constante de suas operações. O monitoramento do risco de capital ocorre constantemente e é realizado com apoio do software Risk Driver Basileia III.

Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais. Os limites operacionais apresentados pela Trinus SCD estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Trinus DTVM. Em 31 de dezembro de 2025, o indicador de Basileia é de 30,44% (percentual único para o conglomerado Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.).

20 Eventos subsequentes

Entre a data base de 31 de dezembro de 2025 e a data de aprovação das demonstrações financeiras pela Administração não foram identificados eventos subsequentes significativos que sejam passíveis de registro ou apresentação nas demonstrações financeiras.